
EDITORIAL

No nº 2 da Revista *Educação, Sociedade & Culturas* anunciamos a organização do primeiro número temático da Revista sobre o tema «O Desenvolvimento da Escola para Todos (Oficial, Obrigatório, Gratuita, Laica) em Portugal». O presente número constitui o resultado desta iniciativa. Para a sua realização, participaram na organização dois membros do Conselho de Redacção, Helena Araújo e Steve Stoer, e um colaborador convidado, António Candeias, professor do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) em Lisboa e conhecido, sobretudo, pelos seus trabalhos no domínio da História da Educação*.

Justificaram a selecção deste tema não só o debate, em anos recentes, sobre o «atraso» português e o possível papel do (sub)desenvolvimento da «escola de massas» nesse atraso, como também a sua importância para uma melhor compreensão da situação de Portugal, face aos seus «parceiros» da União Europeia, e um melhor entendimento do que temos vindo a chamar a simultânea crise e consolidação da escola para todos em Portugal neste fim do século XX. No que diz respeito a esta última questão, é interessante, de facto, notar que, enquanto em Portugal se anda ainda muito preocupado com a consolidação da escola, identificada sobretudo com a «harmonização» das subjectividades em nome da construção do Estado-nação e a regulação social inerente ao desenvolvimento do projecto de modernidade, os nossos vizinhos mais próximos preocupam-se, em grande parte, com o papel da escola na reestruturação da relação entre cidadania e o Estado-nação, numa época em que se está a sentir fortemente os efeitos do fenómeno de globalização.

* Ver recensão neste número, do seu livro *Educar de Outra Forma, A Escola nº 1 de Lisboa, 1905-1930*.

Na verdade, em Portugal, os promotores da modernização têm enfatizado a contribuição crucial da escola de massas para a formação da identidade nacional:

A educação é o mecanismo privilegiado para a preservação e afirmação da identidade nacional, para a transmissão de valores éticos e cívicos e para a formação dos recursos humanos necessários para enfrentar o desafio do desenvolvimento económico e da modernização da sociedade (Marçal Grilo, Tavares Emídio e J. Fraústo da Silva, «Algumas Considerações sobre as Reformas da Educação», Colóquio Educação e Sociedade, 1, 1992, 11-27).

No entanto, ao mesmo tempo, estes promotores afirmam que o problema central da sociedade e da economia portuguesa é i) saber como desconstruir «as características tradicionais e muito persistentes que têm bloqueado as nossas possibilidades de modernização» e ii) saber como estimular «novas relações, os novos quadros institucionais e organizativos, as novas linhas estratégicas que se ajustem aos novos quadros europeu e mundial». Também aqui, a educação (escolar) é considerada crucial:

A melhoria do nível educacional da população é, a médio prazo, a orientação que mais poderá contrabalançar resistências ao processo de integração, na medida em que permite aos cidadãos uma melhor compreensão dos processos em causa, como lhes alarga o leque de possibilidades de inserção económica (Ernâni Lopes, Marçal Grilo, J. Manuel Nazareth, Joaquim Aguiar, J. Amaral Gomes e José Pena do Amaral, Portugal, o Desafio dos Anos 90, Lisboa: Editorial Presença, 1989) (sublinhado nosso).

Assim o processo de modernização português, condicionado simultaneamente pela crise e pela consolidação da escolarização de massas, parece conduzir simultaneamente à desconstrução da escolarização como preservação e afirmação da identidade nacional e à sua promoção, nesses mesmos termos, em ordem à preservação dos valores nacionais e cívicos (baseados na democracia representativa).

Como referimos anteriormente, para melhor compreender o pano de fundo de toda esta problemática, organizámos para este número seis artigos científicos, que abordam aspectos históricos do desenvolvimento da escola de massas. Começa-se a secção com uma análise do processo de escolarização na transição do antigo regime, análise essa realizada por Justino Magalhães. A seguir apresenta-se um estudo, baseado sobretudo nos censos populacionais, dos ritmos e formas de alfabetização na transição do século, da autoria de António Candeias. Esta análise é complementada pelo trabalho de Luís Grosso Correia sobre escolarização na cidade do Porto, nos finais do século XX. O quarto artigo da secção, escrito por João Carlos Paulo, aborda a escola de massas no contexto da educação colonial portuguesa. Guacira Louro e Dagmar Meyer, duas investigadoras brasileiras, lançam um olhar sobre o que intitulam a «escolarização do doméstico», sendo o objecto de estudo a construção de uma escola técnica feminina entre 1946 e 1970. A secção fecha com o trabalho sócio-histórico de Helena Araújo que aborda a especificidade da construção da escola de massas em Portugal, durante a última parte do século XIX e a primeira parte do século XX. A análise deste período torna-se crucial para trazer luz sobre as razões da não realização das esperanças expressas neste domínio pela criação de escolaridade obrigatória em 1844.

A secção Diálogos sobre o Vivido transporta-nos para o início do século XX e a transição da I República para o Estado Novo. São «memórias da escola» contadas por actores sociais intervenientes da época e apreciadas por outros dois actores sociais - intervenientes - contemporâneos, António Nóvoa e Irene Cortesão. Os dois registos diferentes destes comentadores complementam-se: o primeiro sendo sobretudo o ponto de vista do investigador em educação, que, em poucas palavras, comunica-nos algumas das vantagens e dos perigos na utilização de testemunhos para a elaboração de estudos históricos; o segundo valorizando a militância pedagógica, promovendo assim um elo de ligação temporal e espacial entre a escola do passado e a escola actual, na base de um aproveitamento, pelo(a) professor(a) protagonista, dos espaços da autonomia relativa da escola.

O arquivo deste número apresenta o texto de Madeleine Arnot, docente e investigadora da Universidade de Cambridge, Inglaterra. A escola de massas desenvolve-se com o objectivo de proporcionar o acesso à escola para todos.

Durante bastante tempo, factores políticos e sociais impediram um aproveitamento dessa escola pelo género feminino. Hoje em dia, os resultados escolares tendem a mostrar o contrário, mas, ao mesmo tempo, o género continua a ser crucial na determinação do prosseguimento de estudos, na escolha de opções académicas e vocacionais e na utilização das próprias credenciais fornecidas pela escola. Por outras palavras, a forma e o conteúdo de cidadania promovida pela escola parecem diferenciar-se segundo o género. Madeleine Arnot aborda esta problemática produzindo uma reflexão de base que consideramos, na compilação de comentários que faz sobre o conceito de género, um «trabalho de arquivo».

Finalmente, este número temático da Revista termina com recensões de dois livros que ilustram o processo conflitual que foi (que é) o desenvolvimento da escola para todos: o Estado-nação constrói-se contra outros Estados e outras nações.

Steve Stoer